

TCU

TCU esclarece como deve ser o pagamento por serviços especializados de publicidade

O Tribunal de Contas da União (TCU) analisou, sob a relatoria do ministro Bruno Dantas, a uma consulta formulada pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre a forma de faturamento dos serviços complementares de publicidade regidos pela Lei 12.232/2010.

<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-esclarece-como-deve-ser-o-pagamento-por-servicos-especializados-de-publicidade.htm>

TCE-AM

Seminário Nacional realizado no TCE-AM marca retorno de encontros da Rede Nacional de Ouvidorias

Com participantes presenciais e transmissão ao vivo pelas redes sociais, o Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM) sediou, na manhã desta quarta-feira (6), o primeiro Seminário Nacional de Ouvidorias da Região Norte. Realizado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e a Controladoria-geral do Amazonas (CGE), em parceria com TCE-AM, o Seminário marca o retorno dos eventos presenciais realizados pela Rede Nacional de Ouvidorias (RENOUV) com foco em temas como “Proteção ao Denunciante” e “Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”.

<https://www2.tce.am.gov.br/?p=52765>

TCE-AM é a 1ª Corte de Contas a ser premiada por boas práticas pela CGU ao promover 'Ouvidoria Estudantil'

De forma inédita entre os Tribunais de Contas, o projeto 'Ouvidoria Estudantil', idealizado e desenvolvido pela Ouvidoria do Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM), foi agraciado com o 2º lugar no Concurso de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União (CGU), na categoria "Fomento à participação e ao controle social pela população em situação de vulnerabilidade". Esta é a primeira vez que uma Corte de Contas é agraciada com a premiação.

<https://www2.tce.am.gov.br/?p=52743>

TCM-BA

PREFEITO E PREGOEIRO DE CURAÇÁ SÃO PUNIDOS COM MULTAS

O prefeito de Curaçá, Pedro Alves de Oliveira e o pregoeiro do município, Raimundo Alves de Lira Silva, foram punidos com multa de R\$ 1,5 mil em razão de irregularidades em um pregão eletrônico – no valor de R\$2,2 milhões – para o fornecimento de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município, no ano letivo de 2020.

<https://www.tcm.ba.gov.br/prefeito-e-pregoeiro-de-curaca-sao-punidos-com-multas/>

TCE-CE

Tomada de Contas da Secretaria de Saúde de Catarina (2019) é julgada irregular por nepotismo e pagamento acima do teto

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, na Sessão Virtual da Segunda Câmara, que ocorreu entre os dias 14 e 18/3, julgou irregular a Tomada de Contas Especial da Secretaria de Saúde do município de Catarina, exercício 2019, por nepotismo, pagamento e recebimento de valores acima do teto constitucional, à então secretária de Saúde, Valéria Rodrigues Cavalcante, e ao médico, Jefferson Paes de Andrade Rodrigues. A decisão aconteceu durante o julgamento do processo nº 13764/2019-1, de relatoria do conselheiro substituto (Auditor) Itacir Todero. Aos dois servidores públicos foi imputado débito solidário no valor de R\$ 376.200,00 (a ser atualizado até o recolhimento), com aplicação de multa individual, correspondente a 10% do valor do dano.

<https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/4877-tomada-de-contas-da-secretaria-de-saude-de-catarina-2019-e-julgada-irregular-por-nepotismo-e-pagamento-acima-do-teto>

TCE-ES

TCE-ES conclui que vacinação de crianças contra Covid-19 no ES ocorre de forma desigual nos municípios

A vacinação infantil contra a Covid-19 é a principal medida de proteção contra o vírus e considerada um importante protocolo para permitir a realização das aulas presenciais. No entanto, fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) identificou que, após dois meses de campanha, a vacinação alcançou somente 42,20% do público infantil de 5 a 11 anos no Espírito Santo com a 1ª dose até o dia 18 de março, sendo que a meta é chegar a 90%.

<https://www.tcees.tc.br/tce-es-conclui-que-vacinacao-de-criancas-contr-covid-19-no-es-ocorre-de-forma-desigual-nos-municipios/>

Consulta esclarece permissão para conceder reajuste, desde que conste no Plano de Educação

O plenário do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) firmou entendimento sobre a possibilidade de um ente público que tenha Plano de Educação com duração plurianual, instituído antes da pandemia, conceder aumento de remuneração aos profissionais da Educação, apesar das proibições da Lei Complementar 173/2020, que criou o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

<https://www.tcees.tc.br/parecer-consulta-esclarece-permissao-para-conceder-reajuste-a-profissionais-da-educacao-desde-que-conste-no-plano-de-educacao/>

TCE-GO

Acervo pessoal do auditor Joaquim Graciano é doado à Biblioteca do TCE-GO
Em comemoração ao Dia Nacional da Biblioteca (09/abr), a Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) recebeu o acervo físico pessoal do auditor Joaquim Graciano de Barros Abreu, na tarde desta quarta-feira (06/abr), durante cerimônia presencial na sede do Tribunal. A doação foi uma iniciativa da família do ex-membro do TCE-GO.

<https://portal.tce.go.gov.br/-/acervo-pessoal-do-auditor-joaquim-graciano-e-doado-a-biblioteca-do-tce-go>

TCM-PA

Conselheiros do TCM-PA recebem visita do TCE-AP

Na última terça-feira (5), o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, conselheiro Michel Houat, e o vice-presidente conselheiro Paulo Martins, estiveram em Belém para debater junto aos Tribunais de Contas paraenses pautas comuns relacionadas à atuação das Cortes de Contas.

<https://www.tcm.pa.gov.br/noticias/conselheiros-do-tcmpa-recebem-visita-do-tce-ap/>

Contas do FUNDEB de Cametá são rejeitadas e gestor terá bens bloqueados se não devolver R\$ 405 mil

O Pleno do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) decidiu pela irregularidade das Contas de Gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB) de Cametá, exercício financeiro de 2018, de responsabilidade de Domingos de Nazaré Mendes Ribeiro, que terá de fazer o recolhimento, aos cofres do Município, devidamente atualizado, do valor de R\$ 405.408,17, cujo gasto não foi comprovado. Medida cautelar aprovada determina que a devolução do valor deve ser feita no prazo de 60 dias, sob pena do gestor ter seus bens e contas bancárias bloqueados. Domingos Ribeiro foi multado em R\$ 5.323,18 pelas irregularidades.

<https://www.tcm.pa.gov.br/noticias/contas-do-fundeb-de-cameta-sao-rejeitadas-e-gestor-tera-bens-bloqueados-se-nao-devolver-r-405-mil/>

TCE-PR

Valéria Borba seguirá no cargo de procuradora-geral do MPC-PR até 2024

O governador Carlos Massa Ratinho Junior nomeou, por meio do Decreto nº 10.704/2022, Valéria Borba para o cargo de procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) para o biênio 2022-2024. Ela ocupa a função desde 2020. Membro decana do órgão ministerial, Valéria Borba participou do processo eleitoral interno do MPC-PR, tendo sido a mais votada, com cinco votos. A eleição foi realizada no último dia 18 de março com a participação de todos os membros da carreira de procurador de contas.

<https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/valeria-borba-seguira-no-cargo-de-procuradora-geral-do-mpc-pr-ate-2024/9751/N>

Série sobre a nova Lei de Licitações aborda as contratações diretas, nesta quinta
A contratação direta é o tema do 16º episódio da série Nova Lei de Licitações, promovida pela Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A capacitação será realizada nesta quinta-feira (7 de abril), a partir das 14 horas, com transmissão ao vivo pelo canal da EGP no YouTube. A participação não requer inscrição prévia.

<https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/serie-sobre-a-nova-lei-de-licitacoes-aborda-as-contratacoes-diretas-nesta-quinta/9750/N>

TCE-PE

Estado se compromete com o TCE a melhorar assistência a autistas

O secretário estadual de Saúde (SES/PE), André Longo, esteve nesta quarta-feira (6) com o presidente Ranilson Ramos e o conselheiro Dirceu Rodolfo de Melo Júnior para assinar um Termo de Ajuste de Gestão (TAG) com o Tribunal de Contas. Com o documento, ele se comprometeu a implementar políticas públicas voltadas a atender pessoas com autismo em Pernambuco.

<https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/mais-noticias-invisivel/383-2022/abril/6465-estado-se-compromete-com-o-tce-a-melhorar-assistencia-a-autistas>

TCE-RN

TCE emite nota de pesar pelo falecimento do pai do conselheiro e presidente Paulo Roberto Alves

NOTA DE PESAR O Tribunal de Contas do Estado, em nome de todos os seus membros, servidores e colaboradores, manifesta o mais profundo pesar pelo falecimento, nesta quinta-feira (7/4), do ex-senador e ex-vice-governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves, pai do conselheiro Paulo Roberto Alves, presidente do TCE. Garibaldi tinha 98 anos e faleceu por causas naturais, em decorrência da idade. Integrante da tradicional família Alves, também era pai do ex-governador Garibaldi Alves Filho, e irmão de Aluizio Alves (in memorian), que governou o Estado na década de 60 e iniciou o grupo político que marca a história do Rio Grande do Norte. Era o último dos homens, entre os irmãos de Aluizio, ainda vivo.

<https://www.tce.rn.gov.br/Noticias/NoticiaDetalhada/4183#gsc.tab=0>

TCE-RO

TCE dá apoio à operação deflagrada pela PF e CGU de combate a irregularidades no uso de recursos públicos em Rondônia

Com suporte técnico do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), foi deflagrada nesta quarta-feira (6/4) a Operação Incompatibilidade, ação que decorre de um trabalho investigativo realizado pela Polícia Federal (PF) e pela Controladoria-Geral da União (CGU). O objetivo foi o de combater irregularidades ocorridas na prestação de serviços de alta complexidade na área de exames de histocompatibilidade para doadores de órgãos (HLA). O TCE-RO atuou apenas no apoio, por meio de sua expertise, às equipes da PF e da CGU, haja vista que a operação envolve o uso de recursos federais.

<https://tcero.tc.br/2022/04/06/tce-da-apoio-a-operacao-deflagrada-pela-pf-e-cgu-de-combate-a-irregularidades-no-uso-de-recursos-publicos-em-rondonia/>

TCE-SP

Gastos das Câmaras Municipais paulistas caem R\$ 60 milhões em 2021

As Casas Legislativas, que abrigam 6.908 Vereadores nos 644 municípios do Estado de São Paulo (exceto a Capital), consumiram um montante de R\$ 2.854.098.693,62 no exercício de 2021. Mesmo sem considerar a inflação do período, os gastos representam uma queda nominal de R\$ 60.470.169 em relação ao ano anterior, quando os investimentos foram da ordem de R\$ 2.914.568.862,40. O custo para a manutenção dos legisladores, em plenários que vão de nove a 34 cadeiras, considerando a população estimada em 34.252.760 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, alcançou uma média per capita de R\$ 83,32, enquanto em 2020 foi de R\$ 85,81.

<https://www.tce.sp.gov.br/6524-gastos-camaras-municipais-paulistas-caem-r-60-milhoes-2021>

